

## O “Racismo de Classe”: Representações Elitistas sobre os Pobres e a Pobreza no Brasil

### “Class Racism”: Elitist Representations on The Poor and Poverty in Brazil

Lucas Voigt<sup>1</sup>

Volni Luiz Pagani Junior<sup>2</sup>

#### Resumo

O artigo realiza uma análise do “racismo de classe”, seguindo a formulação proposta por Jessé Souza, produzido pelas “elites brasileiras” nas suas representações acerca dos fenômenos dos pobres e da pobreza. Na primeira parte, procedemos a uma fundamentação sociológica da noção de racismo de classe, com base nos trabalhos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Na segunda parte, analisamos o racismo de classe *à brasileira*, isto é, as particularidades assumidas pelo racismo de classe no Brasil. Sustenta-se que o racismo de classe constitui-se como uma reação das elites à ascensão a certas esferas de consumo por parte de segmentos mais pobres da população brasileira, notadamente os *batallhadores*. Na terceira parte, analisamos propriamente algumas manifestações do racismo de classe veiculadas na mídia – seja por jornalistas, ou manifestações anônimas produzidas diretamente por membros das elites. Demonstra-se que o racismo de classe opera uma associação entre a pobreza e a vagabundagem, a falta de inteligência e a ausência de modos de conduta distintos e civilizados. Por fim, propomos o conceito de “*pobreza arcana*”, compreendido como o fenômeno de exaltação dos signos da pobreza e de ocultamento das suas origens, defendendo a necessidade de uma análise *relacional* para o fenômeno da pobreza-riqueza.

**Palavras-chave:** Racismo de classe. Elites. Pobreza. Meritocracia. Sociologia.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil). Bolsista CAPES. E-mail: lucas\_3106@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9789-7851>.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, SC, Brasil). E-mail: volnijr777@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6267-5914>.

## Abstract

The article analyzes the “class racism”, following the formulation proposed by Jessé Souza, produced by “Brazilian elites” in their representations about the phenomena of the poor and poverty. In the first part, we proceed to a sociological foundation of the notion of class racism, based on the works of Pierre Bourdieu and Norbert Elias. In the second part, we analyze the class racism *à brasileira*, that is to say, the peculiarities assumed by class racism in Brazil. It is argued that class racism is constituted as a reaction of the elites to the rise to certain spheres of consumption by the poorer segments of the Brazilian population, especially the *batalhadores*. In the third part, we properly analyze some manifestations of class racism disseminated in the media – whether by journalists or anonymous manifestations produced directly by members of the elites. It is demonstrated that class racism operates an association between poverty and vagrancy, lack of intelligence, and the absence of distinct and civilized modes of conduct. Finally, we propose the concept of “*arcane poverty*”, understood as the phenomenon of exaltation of the signs of poverty and of concealment of its origins, defending the need of a *relational* analysis for the phenomena of poverty-wealth.

**Keywords:** Class racism. Elites. Poverty. Meritocracy. Sociology.

## Introdução

O presente artigo se propõe a realizar uma análise do “*racismo de classe*” manifesto pelas “elites brasileiras”<sup>3</sup> nas suas representações acerca dos fenômenos dos pobres e da pobreza. Para a análise, serão coligidas manifestações preconceituosas e discriminatórias veiculadas na mídia – e integrantes do imaginário social elitista –, formuladas diretamente por membros das elites, ou por jornalistas que, como se poderá constatar nos

---

<sup>3</sup>Ao utilizar o termo “elites”, é mister que levemos em consideração os importantes desenvolvimentos que tomaram lugar no campo da *sociologia das elites*, especialmente a partir da década de 1980. Para um apanhado do estado da arte de tal campo teórico-metodológico, ver Seidl (2013). É central a tal perspectiva a constatação da existência de diversos grupos dominantes e princípios de dominação, atuando nos distintos campos sociais. Isto é, na perspectiva da sociologia das elites, não se pode supor a existência de uma única elite, detentora do poder em todas as esferas sociais. Nesse artigo, ao mencionarmos o termo “elites”, ou “elites brasileiras”, referimo-nos aos estratos dominantes na esfera da economia, isto é, ao conjunto de agentes detentores de um elevado volume de capital econômico. É importante destacar, todavia, que essa é apenas uma das definições possíveis do termo “elite”, que não se restringe a grupos dominantes na esfera econômica, nem pode ser assumido estritamente como um conceito economicista. Para estudos nos marcos da sociologia das elites, ver, por exemplo: Pinçon e Pinçon-Charlot (2007), sobre a “alta burguesia”; Coradini (2001), sobre “elites políticas” e recrutamento de quadros políticos; e Grün (2002), sobre “elites econômicas” e suas estratégias educativas e de reprodução social.

exemplos analisados, acabam por reproduzir a ideologia dos grupos dominantes. Empiricamente, coligiram-se – em função de sua exemplaridade – alguns textos e/ou manifestações orais de Luiz Carlos Prates e Danuza Leão, além de demais manifestações anônimas de membros das elites.

Para a análise das fontes, propomos a utilização do conceito de “racismo de classe”, tal como formulado por Jessé Souza (SOUZA, 2010). A noção foi tomada de empréstimo da sociologia *bourdieusiana*, tendo alcançado projeção a partir dos estudos de Jessé Souza sobre a desigualdade socioeconômica estrutural brasileira. Para a fundamentação sociológica da noção, o artigo recorrerá às formulações de Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2003; BOURDIEU, PASSERON, 2014) e Norbert Elias (ELIAS, 2001, 1994) – expoentes da sociologia relacional<sup>4</sup> –, visando justificar e defender a validade e a pertinência da noção de “racismo de classe”.

O racismo de classe, seguindo a formulação de Jessé Souza (2010), refere-se aos discursos formulados pelas elites econômicas – hegemônicos na esfera pública, disseminados na mídia e corroborados por uma pretensa “teoria social” –, que associam aos estratos mais baixos da pirâmide social um estatuto de inferioridade intelectual, bem como a incapacidade de estabelecerem relações sociais de “confiança” e de se orientarem pela ética do trabalho e da eficiência. O caráter corrompido e desvirtuado das classes baixas<sup>5</sup>, explicaria e justificaria a sua condição de

---

<sup>4</sup> *Sociologia relacional*, compreendida como uma perspectiva teórico-metodológica que supõe a indissociabilidade entre objetividade e subjetividade, entre agência e estrutura, entre indivíduo e sociedade, que constituem mutuamente as *práticas sociais* e o *mundo social*.

<sup>5</sup> A definição conceitual do termo “classe social”, bem como a descrição das classes que constituem a sociedade brasileira, estão envoltas em um intenso debate, não havendo consenso acerca do assunto. Algumas formulações, originárias do campo da economia, organizam a estrutura de classes segundo níveis de consumo – classes A, B, C, D e E; por outro lado, determinadas formulações darão centralidade ao termo “classe média”, ora encarado com uma visão otimista, ora sendo associado a um caráter eminentemente conservador e retrógrado. A proposta formulada por Jessé Souza (SOUZA, 2010) se insurgirá contra uma leitura estritamente econômica – em termos de “consumo” – das classes sociais, bem como à ideia de que os indivíduos beneficiados pelas políticas de transferência de renda dos governos lulo-petistas – a “classe C” – tenham passado a integrar as “classes médias”. No debate sobre classes sociais, deve-se levar em conta, mormente, o segmento usualmente ignorado dos “super-ricos” ou multimilionários, que representa menos de 1% da população brasileira e que tem a capacidade de tomar decisões de grande impacto para o conjunto da sociedade (CATTANI, 2014). Dependendo da metodologia empregada, os “super-ricos” – segmento social de difícil delimitação e análise – pode ou não integrar a “classe A”. De todo o modo, não é objetivo deste artigo adentrar na complexa discussão conceitual e empírica acerca da estrutura e da nomenclatura das classes sociais no Brasil. Em linhas gerais, pode-se

inferioridade social, legitimando a desigualdade social e a dominação simbólica. O racismo de classe, em última instância, naturaliza a condição de pobreza e a estrutura social de desigualdade. Ademais, a noção compreende, de modo bastante inovador, a ideia de que o racismo das elites brasileiras transcenderia o patamar racial, dirigindo-se à pobreza e à marginalidade de modo generalizado.

Preliminarmente, a tese do artigo pode ser definida nos seguintes termos: a ascensão a certas esferas de consumo por parte de um segmento social importante e expressivo da sociedade brasileira – a saber, os “*batalhadores*” –, processo impulsionado durante os governos lulo-petistas, desencadeou uma reação de desprezo por parte das elites econômicas – até então detentoras do monopólio do uso legítimo do consumo –, impulsionando o racismo de classe estrutural e característico das elites – relacionado a uma leitura “patrimonialista” da sociedade brasileira –, que mobilizam construções discursivas racistas e preconceituosas sobre os segmentos mais pobres, situados nas bases da pirâmide social. Com a “democratização” de um conjunto de práticas de consumo – tais como o uso do transporte aéreo, a realização de viagens ao exterior, a circulação em *shoppings centers*, a posse de automóvel, entre outras –, consideradas até então como uma propriedade exclusiva das elites e um privilégio restrito às classes abastadas, verificou-se a produção de reações contundentes e violentas – da ordem da *violência simbólica* (BOURDIEU, 2010) – por parte dos grupos dominantes.

Deve-se pontuar que este artigo se insere em uma proposta de pesquisa mais abrangente acerca da riqueza e do fenômeno dos “*super-ricos*”. Como argumenta Marcelo Medeiros (2010): “Temos um bom conhecimento

---

argumentar que a concepção sociológica de classe social subjacente ao artigo se baseia nos trabalhos de Pierre Bourdieu, compreendendo a “classe” como uma posição social definida em termos de volume e estrutura dos capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 1996). No que tange ao objeto diretamente analisado – isto é, o racismo de classe –, pode-se argumentar que ele se origina no segmento dos super-ricos e nas classes A e B – os “ricos” e a “classe média” –, cujo estilo de vida e autoimagem de superioridade social foram ameaçados em função da ascensão a certas esferas de consumo por parte de segmentos localizados nos estratos mais baixos da pirâmide social – isto é, os *batalhadores* ou a “classe C” –, que passaram a consumir bens e serviços que antes eram exclusivos e restritos às classes mais elevadas. O “alvo” do racismo de classe, por outro lado, se dirige tanto aos “*batalhadores*” (SOUZA, 2010), classe social que experienciou uma limitada ascensão social via trabalho durante os governos lulo-petistas, passando a consumir e tensionar a autoimagem das classes altas e médias, bem como à “*ralé*” (SOUZA, 2009) – ou “classe E” –, isto é, a classe localizada na posição mais baixa da pirâmide social, destituída de qualquer capital econômico ou cultural.

sobre os pobres, mas ainda falta saber muito sobre os ricos e qual pode ser o papel deles e de sua riqueza [...]” (MEDEIROS, 2010, p. 75). Na mesma linha argumentativa, Antonio Cattani (2014) irá afirmar que se verificam nas ciências sociais uma predileção e uma profusão de estudos sobre a pobreza, e a quase inexistência de estudos sobre a riqueza – o que implica, na formulação do autor, uma concepção sub-reptícia de que “somente os pobres são desiguais” (CATTANI, 2014, p. 127). Para Cattani, ambos os polos devem ser analisados em sua dimensão e constituição *relacional*. Uma análise sobre o racismo de classe manifesto pelas elites brasileiras constitui, em nosso ponto de vista, um *locus* privilegiado para uma *análise relacional* sobre a estrutura de classes, na medida em que o objeto por si mesmo constitui-se como uma expressão da relação entre os ricos e a pobreza, por meio de discursos e representações preconceituosas e elitistas acerca dos pobres.

Assumindo, tal como propõe Jessé Souza (2010), que o racismo transcende o patamar racial ou étnico, deparamo-nos com um fenômeno pouco analisado pelo pensamento social brasileiro, a saber: o fato de que as estratégias de estigmatização e os discursos preconceituosos das elites não se direcionam apenas aos negros e à negritude, mas à pobreza e à marginalidade. A inserção de segmentos sociais a certos patamares do consumo e, de modo correlato, a demanda por direitos, por bem-estar social e por reconhecimento, é um fenômeno que desencadeou reações preconceituosas e discriminatórias por parte dos segmentos conservadores e elitistas da sociedade brasileira. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo investigar de que maneira se realiza a violência simbólica das elites brasileiras em relação aos batalhadores e à “ralé” (SOUZA, 2009), além de avaliar as potencialidades da tese do racismo de classe vigente na sociedade brasileira, tal como formulada por Jessé Souza.

### **Fundamentos Sociológicos ao Conceito de Racismo de Classe**

Para Jessé Souza, a noção de racismo de classe – tomada de empréstimo da sociologia *bourdieusiana*, sem o devido reconhecimento por parte do autor – é encarada como um *fato social*, isto é, como um *dado* sociológico. Em nossa visão, o conceito deve ser fundamentado e validado sociologicamente, haja vista que a noção comporta a proposição – bastante provocadora – de um racismo que não se funda ou dirige a uma discriminação de patamar racial. A noção de racismo de classe pode ser mal interpretada, especialmente por estudiosos do racismo *racial* ou *étnico* que, por vezes, acabam por defender – de modo equivocado – um primado do elemento racial para a constituição da desigualdade no Brasil, relegando a um segundo plano o elemento da posição ou da condição de classe.

Ao analisar o racismo racial, Guimarães argumenta que o “racismo brasileiro só poderia ser *heterofóbico*, isto é, um racismo que é a ‘negação absoluta das diferenças’, que ‘pressupõe uma avaliação negativa de toda diferença, implicando um ideal (explícito ou não), de homogeneidade” (TAGUIEFF, 1987, p. 29 apud GUIMARÃES, 1999, p. 52, grifo do autor). Assim, o racismo brasileiro – seja racial ou de classe – expressa um componente de *heterofobia*, manifestando o ódio e o preconceito em relação ao outro – o “negro” ou o “pobre” –, estigmatizando e discriminando segmentos sociais historicamente segregados.

Nesse artigo, partimos da suposição de que o racismo étnico não é a única forma de manifestação do fenômeno do racismo. Deve-se pontuar, todavia, que ao analisar e validar sociologicamente a noção de racismo de classe, não pretendemos desprezar a existência ou menosprezar os impactos do racismo racial sofrido por negros e pardos, fenômeno amplamente disseminado na sociedade brasileira, que contribui para a rejeição – historicamente determinada – a uma posição de subalternidade para tais segmentos étnicos na estrutura social brasileira. Pretendemos, ao contrário, demonstrar que o fenômeno do racismo é ainda mais abrangente na sociedade brasileira, representando um desafio analítico e teórico às ciências sociais<sup>6</sup>.

A fundamentação sociológica da noção de racismo de classe se dará com base nos trabalhos de dois expoentes da *sociologia relacional*, Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2003; BOURDIEU, PASSERON, 2014) e Norbert Elias (ELIAS, 2001, 1994). De acordo com Bourdieu: “devemos ter presente que não há um racismo, mas *racismos*: há tantos racismos como grupos que têm necessidade de se justificar por existirem como existem, o que constitui a função invariante dos racismos” (BOURDIEU, 2003, p. 277, grifo do autor). Bourdieu cunhou o termo “racismo da inteligência” em suas análises acerca do sistema escolar (BOURDIEU; PASSERON, 2014). O racismo da inteligência se constitui, nessa perspectiva, como uma expressão do racismo de classe.

---

<sup>6</sup> Quando afirmamos que o racismo de classe *transcende* a dimensão racial, deve-se ter em mente que tal fenômeno, igualmente, *perpassa* e *atravessa* a raça. A maior parcela da sociedade brasileira em condição de pobreza – e impactada por tal condição, sofrendo efeitos como a marginalidade, a criminalidade e o encarceramento em massa – é composta pela população negra. Nesse sentido, as formulações acerca do racismo de classe não excluem os desenvolvimentos teóricos e empíricos formulados sob a égide dos estudos de “interseccionalidade”. Sobre a questão, ver o trabalho fundador de Davis (2016), sobre as intersecções entre gênero, raça e classe social, que realiza uma análise histórica do movimento feminista americano, com foco na atuação de mulheres negras. Consultar também o trabalho de Beisel e Kay (2004), embasado na perspectiva da sociologia histórica, uma análise sobre os discursos e os embates acerca do aborto nos Estados Unidos no século XIX.

Ao analisar o sistema de ensino superior francês, Bourdieu e Passeron (2014) demonstram que o sucesso escolar obtido por indivíduos provenientes das classes mais elevadas – e, de modo correlato, o fracasso escolar dos estudantes originários das classes baixas – é imputado a capacidades intelectuais superiores, que seriam intrínsecas e da própria natureza dos sujeitos, legitimando o sucesso dos membros das elites frente à escola e, conseqüentemente, a posição social privilegiada que ocupam. Esse “racismo da inteligência” imputa às classes baixas um estatuto de inferioridade intelectual, da ordem da natureza. Na perspectiva dos autores, a cultura escolar se constitui precisamente na cultura das “classes cultas”, o que implica que os estudantes originários de famílias dotadas de capital cultural possuam um *habitus* mais eficiente e adequado às tarefas escolares. Nesse sentido, o sucesso escolar decorre da herança e do privilégio cultural, não de qualidades inatas e superiores das classes elevadas, tal como postula a “ideologia meritocrática do dom”. O “racismo da inteligência”, vigente no sistema de ensino e retificado pelos grupos dominantes, opera uma legitimação da estrutura da desigualdade social, ignorando as chances diferenciais de acesso ao sistema escolar – especialmente o ensino superior – e as possibilidades desiguais de apropriação e de incorporação da cultura.

Bourdieu e Passeron (2014) demonstram, ademais, que as classes baixas muitas vezes acabam por introjetar o estigma associado a elas, experienciando o fracasso frente à escola como um fracasso pessoal, produto da ausência de qualidades como a “inteligência”, a “eficiência”, o “talento” e o “mérito”. Tal visão ignora, em última instância, que a inteligência é aquilo que o sistema escolar e os grupos dominantes definem como “inteligência”.

É pertinente que distingamos, em nível analítico, as duas dimensões da *ideologia meritocrática do dom*: de um lado, a meritocracia e, de outro, o pressuposto conservador da desigualdade natural dos indivíduos. Dito de outro modo, não se pode confundir ou associar de modo automático o *mérito* e o *dom*. De acordo com Décio Saes (2007), em artigo crítico à teoria do campo pedagógico formulada em *A reprodução* (BOURDIEU; PASSERON, 2011), Bourdieu e Passeron desenvolvem o argumento de que os professores oscilam entre, de um lado, uma “ideologia do mérito pessoal” ou da “competência adquirida” – que reconhece os esforços individuais na aquisição de competências e de inteligência – e, de outro, uma “ideologia do dom” – segundo a qual a capacidade intelectual não pode ser adquirida pelo esforço, mas, ao contrário, é determinada no nascimento. Enquanto uma ideologia enfoca o esforço, a outra dará centralidade à natureza. À nossa discussão, tal

distinção analítica tem por finalidade ressaltar o fato de que a meritocracia, enquanto discurso ideológico, tem um corpo de valores próprios, não estando intrínseca ou essencialmente ligada ao pressuposto da desigualdade natural dos indivíduos. Tal distinção, ainda assim, não invalida a pertinência do conceito de racismo de classe, haja vista que se constata no conservadorismo liberal brasileiro uma conjunção entre as ideologias do mérito (competência adquirida via esforço) e do dom (qualidade adquirida via nascimento).

Para empregarmos uma expressão da sociologia *elisiana*, podemos argumentar que por meio do racismo de classe, a suposta superioridade intelectual das elites torna-se a sua “*segunda natureza*” (ELIAS, 2001). Este *ethos* de classe se constitui, além da “*inteligência*”, por meio de uma etiqueta e de padrões de comportamento distintivos. Por não possuírem tal estilo de vida – e carecerem de uma “*segunda natureza*” sofisticada e rebuscada – as classes baixas acabam sendo relegadas a um estatuto de animalidade, posicionadas próximas do estado de natureza. Nesse sentido, a discriminação de classe é um *racismo*, porque naturaliza as características consideradas inferiores e associadas aos mais pobres, tornando-as parte da “*essência*” e do corpo dos grupos dominados. Desse modo, características inferiores – isto é, a falta de “*inteligência*” e a ausência de um *ethos* distintivo – são reiteradamente associadas às classes baixas, definindo e reproduzindo uma fronteira entre a “*superioridade*” e a “*inferioridade*” humanas.

Tal comportamento distintivo e “*civilizado*” é resultado de um processo de incorporação por parte dos indivíduos, isto é, da introjeção psicológica de determinadas coerções sociais. Elias (1994) define o “*processo civilizador*” como a introjeção de mecanismos de controle do corpo, responsável pelo desenvolvimento de padrões de etiqueta e de postura, além da utilização de indumentárias refinadas. Tal processo civilizador tem como *locus* primordial os grupos dominantes, constituindo-se como uma incorporação de formas de controle dos elementos que remetam à animalidade e ao corpo.

Ao analisar a sociedade de corte francesa, Elias (2001) argumenta que a etiqueta é um dos elementos centrais dessa *figuração social*, servindo à manutenção e à expressão dos privilégios sociais. Por meio de uma autocoerção, os indivíduos reproduziam as normas comportamentais, que eram centrais à sua existência social e à sua autoestima. Seu prestígio, sua existência social e sua autoimagem grupal dependiam da reprodução de códigos de comportamento, em uma sociedade de corte estruturada pelas normas de etiqueta. Faltaria aos estratos baixos o autocontrole do corpo e

um padrão comportamental “civilizado”; assim, os hábitos sociais e corporais “superiores” e sofisticados constituíam-se como privilégio da elite aristocrática.

Em suma, podemos postular que a pertinência sociológica da noção de racismo de classe se explicita, em última instância, pelo fato de diferenças em termos de posição social e desigualdade de capitais serem transformadas em diferenças inatas e intrínsecas, da ordem da natureza, do *habitus* (em sentido *bourdieusiano*), da *hexis* corporal e de qualidades intrinsecamente distintas e superiores associadas aos grupos dominantes. Assim, o racismo de classe serve para marcar as fronteiras de grupo, entre dominantes e dominados, operando uma *violência simbólica* em relação ao estilo de vida e aos valores das classes baixas, sendo produto da autoimagem elitista das classes dominantes e de uma estratégia de estigmatização e de distinção, que tem por finalidade última relegar os grupos dominados a uma condição de inferioridade, legitimando a estrutura social de desigualdades e afirmando uma posição de superioridade ocupada pelas elites.

### **Racismo de Classe à Brasileira**

Para avançarmos na nossa discussão e delinear as características do racismo de classe vigente na sociedade brasileira, é necessário que explicitemos aquilo que Jessé Souza chamou de “*elo orgânico*” entre o racismo de classe e o patrimonialismo (SOUZA, 2010). O conceito de patrimonialismo foi cunhado por Max Weber para descrever um tipo de dominação política característico da China Imperial, em que a ausência de regulamentação jurídica formal conduzia as relações políticas para o âmbito da pessoalidade. No Brasil, o conceito de patrimonialismo foi sistematizado de modo exemplar por Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1995), que afirmava que as relações políticas formais eram extensões das relações doméstico-patriarcais típicas do coronelismo.

Desta forma, o conceito de patrimonialismo implica a inexistência de uma burocracia moderna plenamente desenvolvida na sociedade brasileira, que se caracterizaria pela pessoalidade e pela ausência do pressuposto jurídico das sociedades modernas, isto é, a garantia de que a lei possui a mesma validade para todos. No patrimonialismo, o Estado é tomado como “patrimônio” de alguns poucos – os grupos dominantes –, que governariam apenas “para si mesmos”, com base nos seus interesses particulares que visam à manutenção ou à expansão de seus privilégios. Por esse caminho, o Estado brasileiro se oporia em tese a um tipo ideal de Estado moderno, amplamente racionalizado e baseado em fundamentos técnicos para a melhor eficácia de gestão dos recursos públicos.

Jessé Souza (2009) irá argumentar que o conceito de patrimonialismo utilizado pela tradição liberal do pensamento social brasileiro é anacrônico para explicar o Brasil moderno. O conceito, cunhado por Weber para descrever as relações sociais típicas da China Imperial e pré-moderna, é utilizado para descrever um país industrializado, democrático e moderno. Segundo Jessé Souza, os conceitos weberianos são “históricos” e, portanto, inadequados para descrever a realidade brasileira contemporânea: “uma dominação ‘patrimonialista’ não pode existir num contexto de economia monetária avançada, nem da política como esfera autônoma nem do império, ainda que incompleto, do direito formal positivo como o do Brasil do século XX” (SOUZA, 2009, p. 61). Segundo Jessé Souza, o patrimonialismo – considerado o grande mal de origem da sociedade brasileira – é um conceito utilizado de maneira anacrônica pelo pensamento social brasileiro, apresentando-se como um princípio de dominação absoluto e inalterado, independentemente da época ou do período histórico.

Em nossa visão, a tese do patrimonialismo é um elemento importante para a compreensão da sociedade brasileira, não podendo ser simplesmente desprezada como faz Jessé Souza<sup>7</sup>. Verificamos, ainda hoje, uma forte influência de relações personificadas na sociedade e na política brasileiras, bem como a existência de grupos políticos que, como se fossem “donos” do Estado, perpetuam-se e mantêm-se no poder. Ademais, a

---

<sup>7</sup> Jessé Souza está envolvido em polêmicas de grande repercussão nas ciências sociais e no debate público brasileiro. Em função da sua leitura alternativa da sociedade brasileira, passando por suas tomadas de posição junto aos governos petistas – envolvendo o apoio público, bem como a participação direta no último governo Dilma Rousseff, quando esteve à frente do IPEA entre 2015 e 2016 –, culminando com a publicação do polêmico *A elite do atraso* (SOUZA, 2017), Jessé Souza mostra-se um cientista social incontornável – tanto aos seus seguidores como seus detratores – no debate público brasileiro contemporâneo. Deve-se destacar que o autor tem sofrido críticas contundentes e bem fundamentadas, como a do historiador Thiago Krause na *Folha de São Paulo*, em resposta direta às formulações de Souza sobre a existência de uma tradição antiestatal no pensamento social brasileiro ver: KRAUSE (2017). Krause aponta que as chaves da desigualdade socioeconômica e do uso do Estado para fins privados são explicações indissociáveis – e não opostas – para os problemas do país. Ademais, deve-se reconhecer que o Estado brasileiro foi, por muito tempo, valorado no pensamento social como o *demiurgo* e o motor do desenvolvimento social, possuindo historicamente um caráter centralizador e autoritário. Ainda que seja necessário reconhecer as limitações teóricas e sociológicas das formulações de Jessé Souza, não é objetivo desse artigo uma avaliação crítica da sociologia do autor ou uma revisão ou apanhado das limitações das suas propostas. O artigo beneficia-se, principalmente, da noção de *racismo de classe*, e das formulações do autor sobre o advento de uma nova classe trabalhadora, os *batalhadores*.

persistência de relações personalistas no Brasil contemporâneo não implica, de modo consequente e necessário, a suposição da inexistência de uma “modernidade” no Brasil, mas indica particularidades no desenvolvimento da modernidade brasileira<sup>8</sup>.

Não obstante, pode-se aventar um potencial nas análises de Jessé Souza, que reside na explicitação das relações entre o conceito de patrimonialismo e as leituras conservadoras e elitistas do Brasil contemporâneo. Como demonstra o autor, o patrimonialismo está associado à ideologia da meritocracia, que não por acaso afigura-se como um dos elementos constitutivos do racismo de classe. Seguindo Jessé Souza, verificamos que o patrimonialismo é um conceito mobilizado por toda uma tradição de orientação “liberal-conservadora”, que imputa todos os problemas do país ao Estado, marcado pela ineficiência, e antagonizado pelo mercado, bastião da racionalidade e da eficiência.

Na perspectiva de Souza (2010), a exaltação do mercado e a demonização do Estado é uma das características mais marcantes do pensamento liberal-conservador, a “teoria social hegemônica” no pensamento social brasileiro. Nessa leitura, trata-se de dicotomizar as duas instituições centrais da modernidade, em termos maniqueístas: no mercado, residiriam as características positivas da modernidade – virtude, técnica, economia de recursos, eficiência, trabalho, lógica, racionalidade –, enquanto o Estado coligiria as características negativas – corrupção, parasitismo, ineficiência, má gestão de recursos, paternalismo, aparelhamento político, obsolescência.

Seguindo as formulações de Jessé Souza, constata-se uma indissociabilidade entre a forma particular assumida pelo liberalismo no Brasil e a ideologia do patrimonialismo. Na perspectiva do autor, o patrimonialismo seria a nossa “ideologia política” – no sentido de falsa consciência – *par excellence*, que permite ocultar os privilégios das elites econômicas, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma leitura crítica da realidade.

---

<sup>8</sup>Raymundo Faoro (2001), outro pensador responsável por lançar as bases da tese do patrimonialismo no pensamento social brasileiro, irá argumentar que o Brasil constitui uma situação sociopolítica singular em que, em condições modernas e capitalistas, verifica-se a permanência do patrimonialismo e do tradicionalismo, e constata-se um processo de burocratização que não produz racionalidade. Ademais, o autor irá criticar concepções lineares da evolução do capitalismo – tanto liberais quanto marxistas –, nas quais o pré-capitalismo ou o feudalismo deveriam necessariamente dar lugar a formas mais acabadas da história, a saber, o capitalismo moderno, racional e impessoal.

A crítica de Jessé Souza (2010) direciona-se especialmente a Bolívar Lamounier e Amaury de Souza em sua obra “*A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*”, que legitimariam “cientificamente” as visões distorcidas da sociedade brasileira. Tais autores, embasados nas formulações de Sérgio Buarque de Holanda e sua *sociologia da cordialidade*, perpetuam o ocultamento dos conflitos sociais e de classe brasileiros, ratificando a violência simbólica operada pela ideologia do patrimonialismo. Tal ideologia, sob a aparência de crítica social aos “males do país”, não atinge o cerne dos problemas nacionais; sua violência simbólica reside na retificação de um discurso que perpetua as desigualdades sociais, atribuindo as causas da pobreza aos próprios segmentos sociais mais vulnerabilizados pela desigualdade estrutural da sociedade brasileira: a *ralé* e os *batalhadores*.

Jessé Souza (2010) demonstra ainda a influência da *teoria da modernização* – e seu expoente Robert Putman – nas análises do liberalismo brasileiro. Segundo tal perspectiva, faltaria às classes baixas “*capital social*” e, conseqüentemente, a capacidade de estabelecerem relações mútuas de “*confiança*”. Poderíamos definir “*capital social*”, nessa leitura, como o volume de relações sociais e de progresso social em função da vaga noção de “*confiança*”. A noção de confiança é muito importante para a construção da autoimagem de superioridade das elites; os mais virtuosos e inteligentes merecem mais “*confiança*”, estabelecendo relações dotadas de maior capital social, pela sua capacidade de realizar e cumprir contratos sociais de ordem econômica. Em outras palavras, a honestidade e a capacidade de cumprir obrigações e compromissos gerariam maior confiança e capital social, contribuindo para o progresso geral da sociedade.

Desta forma, as noções de confiança e capital social, oriundas da teoria da modernização americana, são utilizadas para legitimar o racismo de classe e os privilégios das elites. Algumas classes seriam virtuosas, dignas de confiança e inteligentes, enquanto outras não. Nas palavras de Jessé Souza:

[...] a imaginação desses setores populares como carentes de moralidade, capacidade associativa e incapacidade de desenvolver relações de confiança mútua – o que Lamounier e Souza chamam, tão imprecisamente, de capital social – parece ser um caso típico de racismo de classe, em que a relação dos privilegiados com a “*virtude*” já está previamente decidida [...] (SOUZA, 2010, p. 366).

Assim, as classes dominantes seriam melhores, mais virtuosas e mais inteligentes. A afirmação da superioridade da inteligência das elites é um dos elementos mais importantes para a construção do racismo de classe, ligado à ideologia meritocrática. Nas palavras de Jessé Souza:

A legitimação pela “inteligência” é um dado necessário para a violência simbólica de um tipo de dominação social que tem que legitimar os próprios privilégios por uma espécie de “talento inato”, a “inteligência” das classes superiores, que “merecem” – a definição cabal da “meritocracia” –, portanto, os privilégios que efetivamente possuem. (SOUZA, 2010, p. 356).

### **As Manifestações do Racismo de Classe**

No Brasil, um dos países mais ricos e desiguais do mundo, o fenômeno da pobreza não é encarado como um problema social, mas como o resultado da falta de esforço e de merecimento individual. Mesmo frente ao processo de desenvolvimento econômico, distribuição de renda, ascensão social via trabalho e eliminação da pobreza levado a cabo no Brasil nos últimos anos, observamos a permanência de um estigma que responsabiliza totalmente o indivíduo por sua posição na estrutura social, bem como a promoção de estratégias de deslegitimação e de estigmatização em relação aos segmentos mais empobrecidos da população brasileira. Desta forma, temos um consenso social sub-reptício – produzido pelos grupos dominantes, reiterado na mídia e transformado em discurso hegemônico na esfera pública – que veicula um conjunto de preconceitos, postulando que o “pobre é vagabundo”, e que a pobreza é um reflexo da falta de esforço e de mérito, não se tratando de um fenômeno de ordem social.

Assim, o *estigma da vagabundagem*, verificado desde o Brasil Colônia – quando era associado aos povos indígenas –, subsiste no Brasil contemporâneo, sendo associado de modo generalizado aos segmentos mais pobres da população. A permanência desta associação entre pobreza e vagabundagem se apresenta com certo estranhamento, haja vista que o país verificou o surgimento de uma “nova classe trabalhadora”, os *batalhadores*, extremamente volumosa – formada por 30 milhões de pessoas, na estimativa de Jessé Souza (2010) – e comprometida com a ascensão social por meio do trabalho. Ademais, os batalhadores brasileiros muitas vezes acumulam duas jornadas de trabalho; uma jornada de

trabalho no Brasil, por si só, já é superior à maioria das horas trabalhadas em média nos países desenvolvidos. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o brasileiro trabalha em média mais horas do que os trabalhadores de países como a França, a Itália, a Alemanha e a Suíça (OIT..., 2013). Não obstante, ainda persistem – como trataremos de demonstrar – discursos amplamente difundidos que legitimam e justificam a estratificação social e a desigualdade entre as classes sociais através da associação entre pobreza e vagabundagem.

Vejam os um exemplo desta associação entre pobreza e vagabundagem, que expressa de modo exemplar o racismo de classe subjacente à mentalidade das elites brasileiras. No telejornal *SBT Meio Dia*, veiculado em canal aberto no estado de Santa Catarina, o comentarista Luiz Carlos Prates dá uma demonstração do racismo de classe em sua forma pura: *“Neste país de oportunidades, só não estuda quem não quer, só não trabalha quem não quer [...] O camarada é pobre porque quer [...] A pobreza é feita pela falta de vergonha na cara, porque o Brasil ensina a todos e por igual possibilidades para crescer. Vadios!”* (PRATES, 2012). Em outro comentário, o jornalista irá afirmar ainda que: *“A pobreza faz parte dos genes humanos. A pobreza se confunde com preguiça, com vagabundagem”* (PRATES, 2014).

Em seus comentários, Prates mobiliza a falácia de que todos possuem as mesmas oportunidades para trabalhar e estudar – ignorando as heranças diferenciadas de capital cultural e econômico que influenciam as possibilidades de sucesso nos âmbitos escolar e do mercado –, argumentando que a pobreza é uma consequência da vagabundagem e da falta de mérito dos indivíduos. Prates irá argumentar também que todas as tentativas de erradicar a pobreza são “ditatoriais” e “autoritárias”, representando uma “violência” em relação à liberdade individual. Em um raciocínio simplista, o comentarista associa as políticas de combate à pobreza aos regimes socialista e comunista, que fracassaram porque as pessoas são diferentes, e porque a pobreza é um componente da “natureza humana”.

Ainda que seja possível concordarmos com a suposição de que existem afinidades eletivas entre a “diferença” e a “desigualdade”, as supostas características intrínsecas e superiores dos ricos – o trabalho disciplinado, o caráter elevado e o modo de conduta ético – não explicam nem justificam de forma satisfatória a existência de uma desigualdade socioeconômica abissal entre as classes sociais no Brasil. Ademais, ao contrário do que argumenta o comentarista, uma política de redução da

pobreza não implica em homogeneização social, nem na eliminação da individualidade ou da liberdade.

É interessante notar que membros dos grupos dominantes – ou seus porta-vozes, como boa parte dos jornalistas que atuam nos principais grupos de comunicação – muitas vezes agem de modo contrário à conduta ideal e esperada de um membro da elite, que almeja traços distintos e nobres. Luiz Carlos Prates, por exemplo, esbraveja e xinga a tudo e a todos, perdendo a compostura esperada de um distinto representante dos grupos dominantes. Outro exemplo de comportamento incongruente aos padrões almejados pelas classes dominantes, pode ser encontrado na filmagem das agressões verbais realizadas por uma mulher em um *shopping center*<sup>9</sup> na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, direcionadas a outra cliente do estabelecimento. Em tal performance, extremamente agressiva e animalésca, constatamos mais uma demonstração do racismo de classe das elites brasileiras:

Você não tem o mínimo de discernimento, de visão, de cultura [...] Escuta aqui ó, ralézinha, ralézinha [...] Pobre, a gente vive num país tão merda [...] Quem é você, minha filha? Abaixa a bola, pobre. Abaixa a bola, pobre. Vai chamar [o gerente]? Vai ousar? Você pode dar emprego para ela [referindo-se à atendente que foi requisitada para chamar o gerente]? Eu posso. Você pode? [...] Palmas para você também, ridícula, pobre. Eu não sou rica, sou consciente, o que você deveria ser, como pobre. Ridícula. Ridícula. Ridícula. Porque eu sou classe dominante e fico revoltada. Você é uma idiota (KAPA, 2014).

Na agressão verbal transcrita acima, estão contidas formas de raciocínio amplamente difundidas no imaginário social elitista brasileiro: por um lado, a “ralézinha” não possui cultura, discernimento ou inteligência; por outro, o Brasil é um país de “merda”, habitado por este tipo de gente com o qual as elites seriam forçadas a conviver. O vídeo é uma expressão exemplar do racismo de classe, marcado pelo heterofobia, isto é, pelo medo e pelo ódio em relação ao “outro” e à diferença. O ódio manifesto chega ao ponto da intimidação e da proposta de um confronto físico. Um dos pontos mais significativos da gravação

---

<sup>9</sup>Os *shoppings* são um dos espaços onde a existência incômoda da “ralé” e dos “batalhadores” se faz notar de modo significativo aos grupos dominantes. Para comprovação de tal fato, basta lembrarmos a grande repercussão alcançada pelo fenômeno que ficou conhecido como “rolezinho”, que representava um tensionamento do uso exclusivo de tais espaços por parte das classes abastadas.

é atestar a incoerência das condutas autorreivindicadas pelas elites, supostamente marcadas por um caráter distintivo, civilizado e requintado – definidor dos indivíduos “superiores” –, haja vista que, sob determinadas circunstâncias, membros dos grupos dominantes mostram-se incapazes de realizar um mínimo controle corporal das pulsões e das emoções, isto é, demonstram uma incapacidade de agir modo civilizado.

Vejamos mais um exemplo do racismo de classe produzido pelas elites, dessa vez sob a forma de um racismo da inteligência, isto é, através da associação entre a pobreza e a falta de inteligência e de cultura. Tal racismo da inteligência se expressa, de forma exemplar, em outro comentário de Luiz Carlos Prates, dessa vez no *Jornal do Almoço* da RBS TV de Santa Catarina (PRATES, 2010). Tal comentário nos permite vislumbrar, ademais, o racismo de classe como reação à democratização do consumo e à perda do monopólio do uso legítimo e exclusivo de certas práticas econômicas e culturais distintivas, ponto que trataremos em maiores detalhes adiante. Em um discurso inflamado, Prates associa os acidentes de trânsito à popularização do automóvel e à quantidade excessiva de carros nas estradas. Nas palavras do comentarista, a culpa dos acidentes de trânsito é da: “popularização do automóvel, resultado deste governo espúrio, que popularizou pelo crédito fácil o carro para quem nunca tinha lido um livro”. Segundo Prates, a culpa dos acidentes é dos pobres – esses “desgraçados” e “miseráveis”, nas palavras do comentarista – que, por possuírem um status de inferioridade intelectual – afinal, “nunca leram um livro” – não merecem possuir um carro. A popularização do automóvel é um risco aos “cidadãos de bem”, pois os pobres são incapazes de conduzir o automóvel de maneira segura, obedecendo às leis de trânsito.

As elites brasileiras demonstram uma enorme dificuldade em dividir espaços sociais – que consideram exclusivamente seus, os “merecedores brasileiros” –, com indivíduos oriundos de segmentos sociais mais baixos. Desta forma, as elites se sentem ultrajadas e violentadas pela necessidade de dividir as universidades com cotistas, os *shopping centers* com indivíduos de origem popular, o trânsito com “qualquer um” que agora possui carro, o aeroporto com pessoas que “têm cara de rodoviária”, e assim por diante. A despeito dos impactos da ascensão econômica e da democratização do consumo verificado na sociedade brasileira, ainda persiste a visão de que os “batalhadores” são indivíduos de caráter e de qualidade inferiores e que, portanto, não merecem verdadeiramente frequentar determinados espaços ou consumir determinados bens materiais e culturais.

Não é difícil apreender as reações das elites à desmonopolização de certas esferas do consumo, que definiam um estilo de vida exclusivo e requeriam determinados padrões de comportamento distintivos. Nesse cenário, a democratização dos aeroportos constitui-se provavelmente como o exemplo mais emblemático do mal-estar e do incômodo manifesto pelas classes dominantes em relação à necessidade de convivência social com os batalhadores e com a ralé, que incitam a manifestação do racismo de classe.

Nos últimos anos, as elites brasileiras verificaram que andar de avião não é mais uma prática distintiva e exclusiva. Além da necessidade de suportar a presença das classes mais baixas nos aeroportos, as elites sentem-se ultrajadas igualmente pelo fato de a “ralé” e os batalhadores não saberem se portar de modo adequado nesse espaço, marcado pela distinção e pela sofisticação. Em 2014, uma professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), ganhou notoriedade após postar em sua conta na rede social *Facebook* a fotografia de um passageiro do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro (PROFESSORA... 2014). A foto representava um passageiro vestindo *shorts*, camiseta regata e tênis; a postagem vinha acompanhada de uma legenda que indagava: “aeroporto ou rodoviária?”.

Podemos inferir que o passageiro com “cara de rodoviária” não utilizava a indumentária que, segundo as elites, é adequada para espaços privilegiados e nobres como os aeroportos, isto é, terno e sapato. A fotografia retrata um passageiro utilizando um vestuário despojado e pouco elaborado, que deixava os braços e as pernas descobertos; ademais, o passageiro fazia um lanche no aeroporto. Tais elementos remeteriam, em uma visão elitista, à dimensão corporal, animalesca e incivilizada, própria das classes dominadas. Frente a tamanho descabro, a professora resolveu manifestar, por meio das redes sociais, seu incômodo e descontentamento, em uma expressão paradigmática do racismo de classe.

No que tange à democratização do uso do transporte aéreo, é quase impossível não lembrarmos o emblemático e conhecido texto de Danuza Leão, publicado na *Folha de São Paulo*. No texto, a jornalista queixa-se lamuriosamente acerca da perda do caráter distintivo das viagens de avião ao exterior:

[...] já se foi o tempo em que ir a Paris era só para alguns; hoje, ninguém quer ouvir o relato da subida do Nilo, do passeio de balão pelo deserto ou ver as fotos da viagem – e se for o vídeo, pior ainda – de quem foi às muralhas da China. Ir a Nova York ver os musicais da Broadway já teve sua graça, mas, por R\$ 50

mensais, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça? Enfrentar 12 horas de avião para chegar a Paris, entrar nas perfumarias que dão 40% de desconto, com vendedores falando português e onde você só encontra brasileiros – não é melhor ficar por aqui mesmo? (LEÃO, 2012).

Para mobilizarmos a célebre formulação de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1987), pode-se argumentar que a democratização das experiências de consumo retirou sua “*aura*”; elas deixam de ser raras, isto é, a expressão de um estilo de vida privilegiado e exclusivo. Danuza Leão nos diz que: “*Bom mesmo é possuir coisas exclusivas, a que só nós temos acesso; se todo mundo fosse rico, a vida seria um tédio. [...] O problema é: como se diferenciar do resto da humanidade, se todos têm acesso a absolutamente tudo, pagando módicas prestações mensais?*”. Para a colunista, certas esferas de consumo deveriam ser um privilégio de classe e uma expressão do caráter “superior”, “especial” e “autêntico” dos membros da elite, permitindo sua distinção social em relação ao “resto da humanidade” – leia-se a ralé e a classe trabalhadora.

Para a compreensão da reação social elitista ao processo de massificação do consumo, podemos lançar mão da tese apresentada por Pierre Bourdieu em *A distinção* (BOURDIEU, 2007). A obra, uma análise sobre a estrutura de desigualdade da sociedade francesa dos anos 1970, oferece elementos para uma sociologia dos gostos, dos estilos de vida, do consumo e das práticas culturais. Para Bourdieu, o *habitus* é o princípio que opera a passagem de uma posição no espaço social – definida pelo volume e estrutura dos capitais disponíveis a determinado agente – para um estilo de vida condizente, com práticas e condutas pertinentes à posição de classe do indivíduo. De tal modo, por meio do *habitus* – produto da posição social do agente –, a desigualdade social entre os agentes se transforma em uma diferença de ordem simbólica. Ao adquirirem determinadas práticas de consumo que definiam simbolicamente as posições sociais dominantes e de elite, sem a reprodução do *habitus* até então associado a tais práticas e espaços de consumo – modos de se portar, de vestir, de falar, de apreciar, de consumir –, os batalhadores brasileiros representaram uma ameaça à autoimagem e ao estilo de vida distintivo dos grupos dominantes.

Em suma, a discussão exposta nos permite afirmar que o racismo de classe constitui-se como uma reação de desprezo das elites frente à ascensão a certos níveis de consumo por segmentos sociais localizados nas bases da pirâmide social brasileira, notadamente os *batalhadores*. Esta

ascensão representa um incômodo às elites, que veem seu *habitus* distintivo ameaçado pela desmonopolização de certas esferas de consumo. As elites verificam uma nova classe trabalhadora – que julgam estar despossuída do mérito e das qualidades necessárias para ocupar e frequentar determinados espaços sociais – ascender a esferas e níveis de consumo que antes eram privilégios restritos das classes abastadas. Assim, os grupos dominantes associam às classes dominadas caracteres inferiores, como a falta de inteligência, a vagabundagem, a preguiça e a ausência de traços e de comportamentos sofisticados e civilizados, por meio de uma estratégia de segregação e de estigmatização social que pode ser compreendida e definida como um “racismo de classe”.

### **Considerações Finais: “A Pobreza Arcana”**

Este artigo, embasado em uma perspectiva que enfoca a dimensão relacional da riqueza-pobreza e da estrutura de classes na sociedade capitalista contemporânea, procurou contribuir com a análise de um dos apanágios constitutivos dos estudos recentes sobre a desigualdade socioeconômica e a riqueza, a saber, os mecanismos e as estratégias de autolegitimação das classes dominantes, com base na “*ideologia meritocrática*” e no racismo de classe. Em nossa perspectiva, analisar o discurso da meritocracia e do racismo de classe nos possibilita problematizar a legitimidade social gozada pelos ricos e milionários, resultado de uma estratégia de estigmatização da pobreza.

A ideologia meritocrática, em última instância, tem por finalidade e efeito a ocultação da origem dos privilégios sociais. Os discursos produzidos pelas elites omitem seus privilégios de classe, em dois sentidos: *primeiro*, desconsiderando-os como privilégios, visto que seriam consequência do mérito e do esforço individual; e *segundo*, omitindo a herança diferencial de capitais – econômico e cultural, notadamente –, distribuídos desigualmente em função das distintas posições sociais ocupadas pelas famílias e pelas classes no espaço social. A meritocracia, tomada como um legítimo senso de justiça, atestaria o sucesso e a eficiência de um indivíduo na esfera do mercado, que recompensa os merecedores e os esforçados; no âmbito do Estado, por outro lado, que se constitui como o reino do assistencialismo e do paternalismo, residiriam apenas o privilégio e a ineficiência.

Assim, dissemina-se um discurso, reiterado e entoado pela classe dominante, que postula a legitimidade da riqueza em função do trabalho e do mérito, atestando a incontestabilidade meritocrática do modelo do *homo*

*economicus*. Tal visão desconsidera, fundamentalmente, o fenômeno da reprodução da desigualdade social, isto é, a tendência de que as novas gerações de determinada família e/ou classe social – por força dos determinantes sociais – tendam a ocupar uma posição social homóloga àquela ocupada previamente pelas gerações precedentes. Dito de outro modo, além de ignorar a realidade de acúmulo de privilégios por parte das classes abastadas, a ideologia meritocrática oculta igualmente a acumulação das desvantagens sociais, característica definidora da experiência social das classes pobres.

Por fim, podemos sugerir algumas afinidades entre o racismo de classe e aquilo que Cattani (2014) definiu como “riqueza arcana”. Um dos sentidos implícitos nesse conceito é o movimento de ocultação das origens da fortuna por parte dos ricos, simultaneamente à ostentação de bens materiais e de condutas extravagantes – ou seja, a exaltação dos *signos* da riqueza, mas a ocultação da sua *dimensão* e das suas *fontes*. Em nossa visão, se a riqueza é mistificada, a pobreza também é alvo de mitos e preconceitos, na medida em que está sujeita a um processo de naturalização e, simultaneamente, de ocultação das raízes sociais da desigualdade e da condição de pobreza.

Se podemos falar em uma “riqueza arcana”, talvez seja permissível tratarmos de uma “pobreza arcana”. Na pobreza arcana, verifica-se uma exaltação dos *signos* da pobreza e uma ocultação das suas *origens*. A exaltação dos *signos* da pobreza, produzida pelos grupos dominantes, encontra no racismo de classe uma de suas principais expressões. São exaltadas, de modo preconceituoso e racista, qualidades inferiores associadas aos pobres e à pobreza: a falta de inteligência, a preguiça, os modos de conduta incivilizados e a incapacidade de estabelecer relações sociais de confiança no âmbito do mercado. Por parte das ciências sociais, podemos argumentar que a profusão e a proliferação de estudos sobre o tema da pobreza – a condição de pobreza, os modos de vida das populações vulnerabilizadas, suas estratégias de sobrevivência e de ascensão social –, estudos que na maior parte das vezes ignoram as dimensões relacionais da pobreza e da riqueza, contribuem para a produção do misticismo em torno de tal fenômeno.

De outro lado, a “pobreza arcana” implica uma mistificação e um ocultamento das origens da pobreza. Por parte das elites, verifica-se tal ocultamento por meio da ideologia meritocrática, isto é, da legitimação e da justificação da pobreza como resultado do mérito e do desempenho

pessoal, operando um apagamento da estrutura de desigualdades e das chances diferenciais – em termos de capitais e de herança – de acesso à educação e ao mercado de trabalho. A fantasia da meritocracia, que oculta o papel das heranças e das grandes fortunas, imputando o fracasso social e econômico à ausência de vontade pessoal, capacidade ou virtude, representa uma das faces de produção do ocultamento das origens da pobreza. Em tal processo, temos ainda a ciência social. Ainda que bem intencionados, grande parte dos cientistas sociais brasileiros opera um ocultamento das origens da pobreza, ao analisá-la como um fenômeno isolado e desarticulado, ignorando suas relações com a produção e a concentração de riqueza, bem como com a estrutura de desigualdade de classes da sociedade brasileira (CATTANI, 2014). Em suma, “riqueza arcana” e “pobreza arcana”, conceitos que expressam dois modos de produção social – e *sociológica* – de mitologias e de incompreensão sobre a realidade objetiva da sociedade brasileira, enfatizam a necessidade do *pensamento relacional* e da análise da pobreza-riqueza enquanto fenômenos mutuamente constitutivos, tarefa indispensável à compreensão adequada da estrutura e das dinâmicas da sociedade brasileira contemporânea.

## Referências

- BEISEL, Nicola; KAY, Tamara. Abortion, Race, and Gender in Nineteenth-Century America. *American Sociological Review*, Menasha, US, v. 69, p. 498-518, ago. 2004.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 165-196.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O racismo da inteligência. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 277-281.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

- CATTANI, Antonio David. *A riqueza desmistificada*. 2. ed. Porto Alegre: Marcavizual, 2014.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norberto. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- GRÜN, Roberto. Dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping: estratégias educacionais e estratégias de reprodução social em famílias de imigrantes armênios. In: ALMEIDA, Ana Maria F.; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 66-75.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-Ed. 34, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAPA, Raphael. “Abaixa a bola, pobre”, afirma mulher durante discussão em shopping center no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jul. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/abaixa-bola-pobre-afirma-mulher-durante-discussao-em-shopping-center-no-rio-13218736>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- KRAUSE, Thiago. No Brasil, desigualdade e corrupção se reforçam mutuamente, diz historiador. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/10/1928582-escravismo-do-passado-persiste-e-ajuda-a-explicar-corrupcao-diz-historiador.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2018.
- LEÃO, Danuza. Ser especial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/80046-ser-especial.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- MEDEIROS, Marcelo. Brasil: os ricos desconhecidos. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010. p. 59-78.
- OIT diz que brasileiro trabalha mais, mas produz menos. *Terra*, [São Paulo], 1 set. 2013. Disponível em: [http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200309011159\\_INV\\_27310298](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200309011159_INV_27310298). Acesso em: 7 jul. 2014.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 22-37, jul./dez. 2007.

PRATES, Luiz Carlos. Anestesiados. *SBT Meio Dia*, Santa Catarina, 17 jun. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xGbdYUWvAN8>. Acesso em: 15 abr. 2018

PRATES, Luiz Carlos. É pobre porque quer. *SBT Meio Dia*, Santa Catarina, 28 fev. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qLHdGPE7BPs>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PRATES, Luiz Carlos. Qualquer miserável tem um carro. *Jornal do Almoço*, Rio Grande do Sul, 15 nov. 2010. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=uwh3\\_tE\\_VG4](http://www.youtube.com/watch?v=uwh3_tE_VG4). Acesso em: 15 abr. 2018.

PROFESSORA da PUC ironiza passageiro de avião e ganha página. *Exame*, São Paulo, 7 fev. 2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/professora-da-puc-ironiza-passageiro-de-aviao-e-ganha-pagina>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SAES, Décio Azevedo Marques. A ideologia docente em *A reprodução*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 106-125, jul./dez. 2007.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (org.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

**Declaração de Co-Autoria** (excertos): “A revisão sociológica do conceito de racismo, realizada no subtítulo ‘Fundamentos sociológicos ao conceito de racismo de classe’ e as Considerações Finais do trabalho foram redigidas por Lucas Voigt. As demais partes do trabalho foram concebidas e desenvolvidas de forma conjunta pelos dois autores.”